

190

Índios discutem política e entregam documento no DF

Está prevista para hoje uma concentração na Praça dos Três Poderes, após reunião do Congresso

Manuel S. Lima
Enviado especial de A CRÍTICA

Ontem cerca de 300 índios que participam da I Assembleia do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capiob), que acontece em Luziânia-GO, ouviram de assessores do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e do Instituto Sócio Ambiental (ISA), explicações sobre a política indigenista do Governo Federal nos últimos cinco anos.

O assessor jurídico do Cimi para assuntos parlamentares, Paulo Machado, expôs um quadro da atual situação da Funai e as dificuldades que o órgão enfrenta para realizar as demarcações das áreas já identificadas. Conforme Paulo, as dificuldades são impostas por segmentos contrários às demarcações, que recorrem à Justiça com base no princípio do "contraditório" do Decreto nº. 22 do Ministério da Justiça, publicado em 1991 pelo governo Collor.

O princípio do "contraditório" possibilita que entre a identificação das áreas indígenas pela Funai e o despacho do ministro da Justiça. Isso porque a Constituição Federal determina que as áreas indígenas são bens da União e cabendo à própria União a decisão de demarcá-las para atender o interesse público, assim sendo o princípio do "contraditório" não pode ser aplicado para determinar a propriedade das áreas indígenas. Contudo, Leitão acrescentou que a inconstitucionalidade do Decreto nº. 22 implica na possibilidade de revisão dos processos de demarcação, iniciados com base no referido decreto. Nesse sentido o ministro da Justiça, Nelson Jobim, já sinalizou que tem a intenção de publicar um outro decreto em substituição ao Decreto nº. 22, que atualmente aguarda o parecer do procurador da Justiça, Aris-



tides Junqueira, para em seguida ser julgado pelo STF que dará o veredicto final se é ou não inconstitucional.

Diante disso, o coordenador geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Sebastião Manchinery, ressaltou que entre as reivindicações que constam no documento que está sendo entregue hoje no Congresso Nacional e provavelmente ao presidente Fernando Henrique Car-

doso está o pedido para que haja agilização no trâmite do Estatuto do Índio, que regulamenta o artigo 3.31 da Constituição Federal que prevê as demarcações das áreas indígenas. Manchinery disse que o Estatuto do Índio há três anos aguarda uma definição dos congressistas. A matéria já passou pela Câmara dos Deputados mas ainda não foi encaminhada ao Senado, onde será analisada. Caso sofra alterações deverá voltar à Câmara

dos Deputados. Se isso não acontecer, será encaminhado ao presidente da República a quem cabe vetar ou sancionar.

Manchinery informou que os índios também reivindicam a garantia de que a reforma constitucional não prejudique os direitos indígenas determinados na Constituição. A mobilização de hoje começa pelo Congresso Nacional e segue para a Praça dos Três Poderes, onde aproximadamente 300 líderes indígenas realizam uma concentração.